

Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, Aposentada e Pensionista.



22 - 23 e 24 de Agosto de 2014

Centro de Treinamento Educacional da CNTI - Luziânia / GO.

Apoio: CNTI / NCST / Cobap / Fenatibref / Contratuh / Federação e Sindicatos dos trabalhadores e da Indústria do Setor do Vestuário/MG

Rua Caetés, 530 - Salas 1109/1110 - Centro - Belo Horizonte - MG

Fone: (31) 3212-6299 - asapvestbh@gmail.com - www.asapvest.com.br

Carta do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, Aposentada e Pensionista

Mulheres e homens, de diversas partes do Brasil, reunidos no **Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, Aposentada e Pensionista**, realizado em Luziânia/GO, de 22 a 24 de agosto de 2014, com base nas palestras, debates e reflexões ali travados, aprovam este documento ao qual deve ser dada ampla divulgação e encaminhado ao maior número possível de candidatas às eleições deste ano.

Homens e Mulheres, conscientes de que

Os direitos das mulheres são direitos humanos, cujo cumprimento beneficia a todos e não apenas a elas. Por isso, a igualdade de gênero é uma questão de interesse universal.

A violência de gênero não diferencia classe social, grau de escolaridade, renda ou idade. É silenciosa, e corrói a dignidade individual das vítimas, a estrutura de toda a família e a possibilidade de uma sociedade sadia, desenvolvida e em paz.

As atribuições domésticas ainda continuam circunscritas e impingidas como deveres quase que exclusivos das mulheres.

Para prevenir e eliminar esse tipo de violência é fundamental o envolvimento de homens, desde a infância, para mudar suas percepções e estereótipos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que concluiu seus trabalhos em 2013, revelou que, nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Atualmente, acontece um covarde assassinato de mulher a cada duas horas. O que coloca o país na sétima posição em maior número de assassinatos de mulheres no mundo.

A legislação trabalhista determina a igualdade de direitos e proíbe a discriminação de sexo, contudo, os salários das mulheres continuam, pelo menos, 30% inferiores aos dos homens na mesma função e, pior, nos últimos anos tem diminuído o número de mulheres em cargos de chefia nos setores privado e público, conforme dados do Ministério do Planejamento.

Sendo a discriminação evidente nos empregos e ocupações que exigem menos qualificação, ela está presente também nos demais níveis, como atestou o Conselho Nacional de Justiça, ao revelar que as mulheres têm menor participação nos tribunais, sendo preteridas nas promoções para desembargadoras e ministras do Poder Judiciário;

Apesar de campanhas esparsas contra a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres, o Estado brasileiro e a maioria das grandes empresas continuam a explorar e a sexualizar as propagandas e as atividades ligadas ao turismo, à comunicação (TV), cultura, esportes e à comercialização de inúmeros produtos, em especial de bebidas, reforçando, com muito mais intensidade, a visão estereotipada e machista.

Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, Aposentada e Pensionista.



22 - 23 e 24 de Agosto de 2014

Centro de Treinamento Educacional da CNTI - Luziânia / GO.

Apoio: CNTI / NCST / Cobap / Fenatibref / Contratuh / Federação e Sindicatos dos trabalhadores e da Indústria do Setor do Vestuário/MG

Rua Caetés, 530 - Salas 1109/1110 - Centro - Belo Horizonte - MG

Fone: (31) 3212-6299 - asapvestbh@gmail.com - www.asapvest.com.br

A Previdência Social brasileira é o maior e mais justo programa de inclusão e de promoção social do País, entretanto, por pressão dos bancos e de instituições financeiras, com a aberta conivência dos Governos, tem implantado seguidos cortes de direitos, numa afronta à

Constituição da República e à perspectiva de construção de um País digno, que respeite aqueles que contribuíram para o sistema previdenciário durante 30, 35 ou mais anos.

O atual governo, sem nenhum respeito, cogitou da possibilidade de reduzir drasticamente as pensões por morte, benefício previdenciário que socorre principalmente as mulheres, que se tornam únicas responsáveis pela família, como tanto ocorre neste Brasil de milhares de mortes de homens jovens, principalmente por assassinato e acidentes de veículos.

Os direitos das mulheres e a igualdade de gêneros estão fartamente descritos nas convenções internacionais, na Constituição da República e em inúmeras leis, mas tais dispositivos estão longe de ser realidade;

A Lei Maria da Penha é citada até mesmo pela ONU como exemplo a ser seguido no restante do mundo, como iniciativa para o combate e a prevenção à violência contra a mulher. Contudo, o Brasil permanece em vergonhosa posição em relação a outros países, porque milhares de agressões físicas, sexuais, morais, psicológicas e financeiras continuam a ser praticadas. Assim, corremos o sério risco de banalizar as conquistas obtidas até aqui, mudando muito pouco ou quase nada na triste realidade da mulher no Brasil

Por tudo isso, reivindicamos:

- Mais do que promessas e normas legais, precisamos de ações efetivas.
- Que sejam colocadas prática algumas das centenas de recomendações da - CPI Congresso, - das Jornadas Lei Maria da Penha, promovidas anualmente pelo CNJ, - do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID) e as sugestões da Secretaria de Políticas da Mulher, da Presidência da República e dos Conselhos da Mulher – nacional, estaduais e municipais.
- Que os veículos de imprensa mantenham prudência e ética em sua programação/conteúdo e que a publicidade brasileira seja incentivada a respeitar as questões de gênero.
- Que a Previdência Social caminhe no sentido de ampliar e universalizar a proteção social, de facilitar o acesso aos benefícios previdenciários, de reforçar as fontes de financiamento e o caixa do Sistema, de proporcionar a máxima dignidade e remuneração absolutamente paritária e firme com as contribuições pagas pelos segurados, reconhecendo especialmente a Mulher, que ainda exerce dupla ou tripla jornada.
- Que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não seja diluído e quase extinto, como proposto atualmente por meio da criação do Sistema Único do Trabalho (SUT), mas renovado e fortalecido, exercendo suas plenas atribuições de defesa do trabalhador brasileiro.
- Que sejamos todos iguais em Direitos, Livres, em Paz e Felizes.

Viva a Mulher Brasileira!